



Instituto de
Estudos
Avançados da
Universidade de
São Paulo



Instituto de Estudos Avançados. Programa USP Cidades Globais

Luciana Fukimoto Itikawa

Pesquisadora Colaboradora IEA-USP 2021-2025: luciana.itikawa@gmail.com

Supervisor: profa. Roseli de Deus Lopes, IEA-USP: roseli.lopes@usp.br

1. **Título Projeto de Pesquisa:** Mapa da Desigualdade de Gênero no Município de São Paulo

2. **Resumo:**

Os ODSs, como agenda inclusiva e sustentável, colocam a equidade de gênero como uma das questões indissociáveis para a qualidade dos assentamentos humanos entre as demais ações contra a pobreza, proteção do planeta, etc. Apesar do ODS 5 contemplar os fatores das desigualdades de gênero, cruzamentos de raça são pouco explorados, bem como as relações com os demais ODSs. Quando estes são confrontados com outros indicadores, é possível avaliar que a variável localização é determinante para sabermos quais são e onde estão as mulheres mais afetadas. A proposta do Mapa de Desigualdade de gênero pode contribuir para identificar onde as desigualdades são mais ou menos intensas e concentradas no território quando sobrepomos as demais vulnerabilidades sociais. Para isso, a escolha de métodos estatísticos georreferenciados possibilitará encontrar uma metodologia de síntese dos indicadores ambientais, laborais, demográficos, de violências, infraestruturas e representatividade política. O objetivo, além de servir como referência para formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, pode ser uma ferramenta de consulta, reivindicação e *advocacy* de movimentos organizados de mulheres e direitos humanos. O acesso democrático aos dados também pode impulsionar a chamada à responsabilidade de instituições privadas no compromisso com a equidade de gênero.

3. **Palavras-chave:** Estudos de Gênero, Desigualdade urbana, Geoestatística

4. Objetivos do Projeto

- **Objetivo Geral:**

A razão pela qual a igualdade de gênero não diz respeito somente às mulheres na agenda urbana global são as crescentes evidências científicas que a melhora na equidade de gênero rebate na sociedade como um todo. A diminuição do abismo entre mulheres e homens aos recursos econômicos, financeiros e naturais influi no progresso de indicadores tais como: redução da mortalidade infantil, aumento da matrícula escolar, etc. A variável localização seria, portanto, um recurso para evidenciar que as desigualdades territoriais não se fundamentam apenas, segundo o ODS 5, a discriminação, subordinação e exclusão por gênero uniformemente sobre todas as mulheres no território. Ao espacializarmos os indicadores: socioeconômicos, urbanos, laborais, criminalísticos, ambientais e sanitários, é possível avaliarmos que estes recaem na medida da combinação de gênero, raça, classe e, sobretudo, localização. Por esta razão, a geoestatística, possibilitará encontrar uma síntese desses indicadores.

- **Objetivos Específicos:**

Serão feitos 2 Mapas de Desigualdade de Gênero para os anos de 2010 e 2021, cuja principal base de dados são os dois censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e outras fontes de informação municipais e estaduais compatíveis com esses anos. O objetivo é poder comparar, no intervalo de 10 anos, as transformações desses indicadores e apontar tanto as desigualdades entre homens e mulheres, quanto entre mulheres, a partir das microunidades de análise territorial (áreas de ponderação) no Município de São Paulo, no período de 5 anos de pesquisa. As análises comparativas entre um censo decenal e outro podem expressar as transformações do papel da mulher ao longo do tempo, confirmando avanços, fruto das conquistas e lutas das mulheres, quanto estagnações ou retrocessos, expressos em segregação socioespacial.

3. Metodologia:

Em primeiro lugar, será feita a compatibilização dos dados, devido aos anos não coincidentes, de acordo com as diferentes fontes e devido ao atraso do censo 2021 do IBGE. Em seguida, precisa ser feita a adequação dos perímetros (setores censitários/ áreas de ponderação) e edição dos tipos de dados vetoriais, matriciais, textos delimitados para posterior georreferenciamento. Para alguns casos, deve ser escolhida a edição dos arquivos

tipo *BigData*, por meio de programação. Por último, um método geoestatístico deve ser desenvolvido para a elaboração de um índice único a partir da cesta de 9 conjuntos de indicadores: ambiental, habitação, saúde da mulher, mobilidade, violências, população, trabalho, equipamentos sociais e representatividade política. Entre as várias metodologias geoestatísticas, destacamos três: o IPVS utilizou um método que cria um índice a partir de um conjunto de diferentes variáveis originais, a análise fatorial. O Mapa da Exclusão/ Inclusão criou um índice por setor censitário de -1 (exclusão) a 1 (inclusão) a partir de várias variáveis via regressão linear. O Índice de Gini, como medida de desigualdade, é um índice que reflete a concentração de renda ao conjugar apenas duas variáveis- população e renda, a partir da equação das proporções acumuladas entre uma e outra.

5. Resultados Esperados:

O objetivo da criação deste Mapa da Desigualdade de Gênero é não ser apenas um retrato congelado do ano da sua elaboração e de acesso restrito a especialistas. A proposta é que futuramente possa ser uma plataforma para que os gestores públicos possam utilizá-lo não só como critério para alocação justa dos recursos imediatos, mas também planejar o futuro, a partir da simulação de cenários. Da mesma forma, movimentos organizados e entidades da sociedade civil poderiam observar, por meio de mapas interativos, a síntese de todas as variáveis equacionadas ou escolher por temas separadamente. Assim, usando o Mapa como ferramenta, terão autonomia para o controle social. Para isso, a construção da metodologia do Mapa da Desigualdade de Gênero deve permitir ter como subproduto a Interface Integrada para Internet de Ferramentas de Geoprocessamento (I3Geo), que é uma plataforma de software livre de mapas interativos online. A I3Geo permite o usuário escolher os indicadores e assim, criar mapas temáticos de acordo com sua necessidade. A I3Geo é largamente utilizada por instituições brasileiras tais como o INCRA, MMA¹, etc. (GVSIG, 2012). Tornar esta plataforma interativa de dados acessível pela internet também não significa que possa possivelmente chegar até as mulheres mais afetadas pelas desigualdades expressas no Mapa. Isso demandaria um esforço deste projeto de aproximação de movimentos comunitários, organizações e coletivos de direitos humanos, de mulheres, etc. para disseminação e discussão da metodologia e dos resultados.

¹ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Ministério do Meio Ambiente

6. Indicações de bibliografia:

A reprodução da força de trabalho incompleta nos países periféricos, ou seja, a não universalização dos direitos sociais, fez do acesso à terra formal e às infraestruturas urbanas artefato seletivo (MARICATO, 2016) Enquanto o trabalho produtivo não garantia direito à cidade, o trabalho reprodutivo, tornou-se ocupação compulsória às mulheres. O trabalho não remunerado doméstico, como parte da reprodução da força de trabalho não contabilizada, é a naturalização da tomada da autonomia da mulher, reforçada pelo capitalismo periférico. Sem creche ou hospital suficientes para cuidado dos familiares, sem renda para pagar trabalho doméstico remunerado que a liberasse parcial ou totalmente para o trabalho produtivo, as mulheres brasileiras atravessaram o século XXI associadas à vida doméstica e, sobretudo, como parte da esfera patrimonial e patriarcal. Pior, nos países periféricos estão em maior número em ocupações informais precárias (CHEN; CARRÉ, 2020) e, quando chefes de família, redundam em piores condições urbanas. (GONZAGA, 2004).

A Agenda 2030 tem colocado a questão da desigualdade de gênero como elemento importante a ser enfrentado na concertação global e local de governos, mercados e comunidades. Entretanto, recebeu críticas por algumas feministas do Sul Global por, pelo menos, três razões: 1) por não verem desafiadas nessas agendas as relações de poder a nível local e global; 2) por terem falhado desde sua implementação ao ancorarem-se no feminismo liberal, que coloca a equidade de gênero, no âmbito somente do crescimento econômico. (ESQUIVEL, 2016; STRUCKMANN, 2018); 3) por não mencionar explicitamente questões étnico-raciais (CARNEIRO, 2011; LUGONES, 2014).

Segundo esses questionamentos, seria necessário reconhecer que a desigualdade de gênero está lastreada nas dimensões do patriarcalismo, racismo e neoliberalismo. Tal agenda de equidade de gênero não seria alcançada enquanto cultural e economicamente essas relações de poder se mantiverem intactas. Na Agenda 2030, por exemplo, não estão enunciados que os fatores para a discriminação, além de gênero, também estão raça, etnia, classe, nacionalidade, orientação sexual, religião, etc.

O debate sobre interseccionalidade, ou seja, a compreensão que a desigualdade e discriminação por gênero teria que incluir os demais fatores, não por acaso, foi provocado sobretudo pelas feministas negras do continente americano e africano. As variáveis raça e classe seriam determinantes porque as nuances e variedades de opressão, a lógica punitivista,

o controle dos corpos e a divisão racial do trabalho seriam desproporcionalmente mais intensos e desfavoráveis sobre negras e negros. O próprio significado de interseccionalidade, por sua vez, está em disputa. Para Akotirene (2019), não é uma narrativa teórica dos excluídos, é um “sistema de opressão interligado”. Por essa razão, as feministas que consideram interseccionalidade uma premissa de análise fundamental, reivindicam que o ODS 5 seja além da promoção da equidade de gênero, na direção do debate das demais camadas de opressão que regulam estereótipos, conformidades e legitimações. Esta interpretação pretende romper com as hierarquias, tutelas e subordinações de classe e raça. Conceitos como imagens de controle definido por Collins (2019) e desvalorização continuada de Hooks (2014) apontariam que são as mulheres negras as maiores vítimas da construção de narrativas persistentes de naturalização das conformidades e legitimidades sobre o que é belo, permitido e aceitável. O debate da interseccionalidade de gênero, raça e classe, evidenciou que a equidade não chegou às negras e indígenas, malgrado os avanços e conquistas das mulheres no século XX e XXI.

Outra importante reflexão deste debate vem da perspectiva latino-americana e africana. O chamado feminismo decolonial propõe o deslocamento do eixo do debate para o Atlântico Sul por pelo menos duas razões: 1) persistência da lógica colonial nas relações e sistemas dominantes ao identificar que desenvolvimento e crescimento dos países do centro do capitalismo têm base na exploração e expropriação dos países periféricos; 2) persistência e manutenção das opressões, justificada pela missão civilizatória dos países centrais.

7. Parcerias Institucionais:

O Mapa de 2010 será desenvolvido na 1ª metade do período proposto, a partir da construção interdisciplinar da metodologia em conjunto com os pesquisadores que estão no Programa Cidades Globais do Instituto de Estudos Avançados (IEA-USP), em especial o grupo do Instituto de Matemática e Estatística para a parceria na avaliação do melhor método para geoestatística e BigData. O mapa de 2021 por sua vez, será feito na 2ª metade do período de pesquisa.

8. Referências bibliográficas:

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Sueli Carneiro; Polen, 2019

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Portal Geledés. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/enegrecer->

[o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>](#).

Acesso em fev. 2021.

CHEN, Martha; CARRÉ, Françoise. (orgs.) **The Informal Economy Revisited**. Examining the Past, Envisioning the Future; London/ New York: Routledge edit., 2020.

COLLINS, Patricia H. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Editora Boitempo, 2019

ESQUIVEL, Valeria. Power and the Sustainable Development Goals: a feminist analysis. In: ILO, **Gender & Development**, 2016. 24:1, 9-23, DOI: 10.1080/13552074.2016.1147872.

GONZAGA, Terezinha. **A cidade e a arquitetura também mulher**: planejamento urbano, projetos arquitetônicos e gênero. São Paulo, Annablume, 2004

GVSIG ASSOCIATION. **I3GEO 6.0**: Manual do Usuário (Português Versão 1). Disponível em: <http://www.gvsig.com/pt/produtos/i3geo/downloads> Acesso em fev. 2021.

HOOKS, Bel. **Não sou eu uma mulher. Mulher negra e feminismo**. São Paulo, Plataforma Gueto, 2014
ITIKAWA, Luciana. Mulheres na Periferia do Urbanismo: informalidade subordinada, autonomia desarticulada e resistência em Mumbai, São Paulo e Durban. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais**. V.18. n. 01, e201601, 2016. DOI: 10.22296/2317-1529.2016v18n1p57

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, 22(3). Setembro-dezembro/ 2014.

MARICATO, Ermínia. **A Metrópole na Periferia do Capitalismo**. São Paulo: FAU/USP, 1995. Disponível em: <http://fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_metrperif.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2016.

STRUCKMANN, Christiane. **A postcolonial feminist critique of the 2030 Agenda for Sustainable Development: a South African application**. 2017. Tese (Doutoramento em Ciências Sociais) Stellenbosch University 2017